



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

af  
cb

## ATA

(sessão ordinária realizada em 22 de fevereiro de 2019)

**Mesa:**

**Presidência:** José Luís Afonso Domingos -----

**1º Secretária:** Maria José Pereira Salgueiro do Carmo -----

**2º Secretário:** Carlos Sebastião Afonso Dias -----

**Faltas:** Luís Filipe Soromenho Gomes -----

Presenças:

Amândio Sousa Rodrigues Norberto  
António Manuel Martins Pereira  
Élia Isabel Pereira Horta  
Henrique dos Santos Rodrigues  
João Manuel Afonso Pereira  
João Miguel Ferreira Neves  
Lisandra de Jesus André P. Germano  
Luís Filipe Ribeiro Cruz  
Maria de Fátima Domingos Lourenço Brás  
Nélia Maria Corvo Santos Mateus  
Paula Cristina Leal Horta  
Paulo César de Jesus Correia  
Victor Hugo Gregório Palma  
Vítor Manuel Gaspar Esteves  
Ramiro Jorge Madeira Cruz Gonçalves  
Jorge Manuel Marques Pereira

Hora de abertura: 21:08 horas -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

**ORDEM DE TRABALHOS**

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

- Ponto 1 – Apreciação e deliberação, sob a Ata de 28 de janeiro de 2019 -----
- Ponto 2 – Correspondência recebida -----
- Ponto 3 – Moção – Estrada Municipal N122/Almada de Ouro -----
- Ponto 4 – Moção – Esgotos a Céu Aberto na Aldeia de Azinhal -----
- Ponto 5 – Período Antes da Ordem do Dia -----
- Ponto 6 – Período de Intervenção do Público -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

- Ponto 1**– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
- Ponto 2** – 1ª Revisão ao Orçamento e GOP's do Ano 2019 – Incorporação do Saldo da Gerência Anterior 2018 -----
- Ponto 3** - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal das Transferências de Competências para o Município no domínio da Cultura -----
- Ponto 4** - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal das Transferências de Competências para o Município no domínio da proteção e saúde animal e segurança dos alimentos -----
- Ponto 5** - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Transferências de Competências para o Município no domínio da Saúde -----
- Ponto 6** - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal das Transferências de Competências para o Município no domínio da Educação -----
- Ponto 7** - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal - Pessoal Dirigente – Despesas Representação (Chefe de Divisão) – UOASU -----
- Ponto 8** - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal - Pessoal Dirigente – Despesas Representação (Chefe de Divisão) – UOAU -----
- Ponto 9** - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal - Pessoal Dirigente – Despesas Representação (Chefe de Divisão) – UOEASCD -



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

**Composição da Assembleia** – Não podendo estar presente nesta sessão o Sr. Luís Filipe Soromenho Gomes foi substituído, nos termos da Lei, pelo Sr. Jorge Manuel Marques Pereira. -----

O sr. presidente da comissão administrativa, Dr. Francisco Amaral fez-se substituir nos termos da lei, pelo membro da comissão administrativa, Dra. Filomena Pascoal Sintra. -----

O sr. presidente da assembleia disse que ia fazer uma comunicação que considerava bastante importante sobre o ponto de vista da perspectiva da democracia interna dos partidos em Portugal e dos órgãos de atividade municipal. Lamentou o facto do sr. presidente da comissão administrativa pela sexta vez consecutiva se fazer representar pela ex. vereadora Dra. Filomena Sintra. Referiu que o órgão assembleia municipal foi eleito democraticamente pelos Castromarinenses, merece respeito e verifica da parte do ex. presidente da câmara uma desconsideração e um desrespeito democrático pelo órgão, o que o desagrada. Informou ainda, que tem aguardado pela presença do ex. presidente da câmara municipal, Dr. Francisco Amaral, para comunicar o resultado de uma queixa que este fez contra si, junto do Tribunal da Comarca de Faro, uma vez que não está presente, irá fazer essa comunicação publicamente no final da sessão, a qual poderá ser ouvida posteriormente porque ficará gravada. -----

Antes de dar início aos trabalhos colocou à consideração dos deputados municipais a existência dos pontos 7, 8 e 9 para apreciação e discussão, uma vez que foi entregue a todos o propósito da deliberação, apesar de só terem sido submetidos à reunião de câmara do dia anterior, -----

Nenhum dos deputados municipais se opôs à manutenção dos pontos na ordem de trabalhos. -----

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**Ponto 1 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB DA ATA DE 28 DE JANEIRO DE 2019** - Foi presente à assembleia municipal o processo em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -

A assembleia municipal deliberou por unanimidade aprovar a Ata de 28 de janeiro 2019. Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na sessão a que a Ata diz respeito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

**Ponto 3 – MOÇÃO – ESTRADA MUNICIPAL N122 / ALMADA DE OURO** – Foi presente à assembleia municipal uma moção apresentada pela assembleia de freguesia do Azinhal que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

O sr. presidente da assembleia municipal explicou o conteúdo da Moção e questionou quem queria inscrever-se para analisar e discutir o assunto. -----

Tomou a palavra o sr. deputado municipal João Pereira, presidente da junta de freguesia de Odeleite, saudou os presentes e deu nota que após leitura das moções dirigiu-se ao executivo da câmara para tentar saber o que se passava, na sua opinião o mesmo procedimento devia ter sido feito pelos membros da assembleia de freguesia de Azinhal. Obteve informação que a derrocada ocorreu em 2009, que não é um assunto de fácil resolução para o qual nunca existiu projeto para resolução do problema e que só agora foi lançado um procedimento para o projeto da obra, logo é um assunto que está a ser tratado. -----

O membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, tomou a palavra para esclarecer que não é uma obra de fácil resolução, todavia tal como proposto no Plano de Atividades e Orçamento está inscrita verba para elaboração do projeto e execução da obra. Tentou-se durante este ano junto de empreendimento Almada D'Ouro que no âmbito desse empreendimento houve uma correção da curva e até mesmo do traçado, no entanto como não se pode esperar pelas alterações à renovação do alvará, achou por bem o executivo mandar elaborar o projeto. -----

O sr. presidente da assembleia referiu que, após leitura da Moção e no último parágrafo, onde consta exigir, deve constar, recomendar à câmara municipal que desenvolva as démarches necessárias e eficientes para que esta reparação seja feita o mais rápido possível. -----

Tomou a palavra o sr. deputado municipal António Pereira, presidente da junta de freguesia de Azinhal, deu nota que tem feito esforço junto da câmara municipal no sentido para que procedam ao arranjo da estrada. Quanto à correção da proposta, é da opinião que devem ser os promotores da mesma a fazê-lo. -----

Tomou a palavra o sr. deputado municipal Luís Cruz, para manifestar a sua admiração pelas moções serem postas à votação, a seu ver deviam apenas ser algo de apreciação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 22/02/2019

ordinária

O sr. presidente da assembleia informou que as moções submetidas a discussão políticas são por regra alvo de votação. Mencionou ainda, que não vê inconveniente que uma assembleia de freguesia que não tem competências na área geográfica do seu território para desenvolver qualquer tarefa, que recorra a um órgão de nível superior para que interceda junto da câmara municipal na colaboração para dar andamento ao processo. -----

A assembleia municipal deliberou, por maioria, remeter a Moção à câmara municipal para recomendação. Registaram-se dez votos a favor, sete da bancada do PS e três da bancada do CM1 e nove abstenções da bancada do PSD-CDS/PP. -----

O sr. deputado municipal Luís Cruz da bancada do PSD-CDS/PP apresentou a seguinte declaração do sentido de voto da bancada: "*Pelo facto do assunto já estar em resolução, acham os deputados da bancada do PSD-CDS/PP por bem abster-se*". -----

**Ponto 4 – MOÇÃO – ESGOTOS A CÉU ABERTO NA ALDEIA DE AZINHAL** – Foi presente à assembleia municipal uma moção apresentada pela assembleia de freguesia do Azinhal que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

O sr. deputado municipal João Pereira, referiu estarmos perante um problema com alguma gravidade que remonta o ano de 1992, recentemente a parcela de terreno onde está a ETAR foi cedida à câmara municipal. Na sua opinião esta moção veio tardiamente uma vez que o executivo está a agilizar para resolver o problema. Sugeriu que se recomendasse à câmara municipal para pressionar as Águas do Algarve para a celeridade na resolução. -----

O sr. deputado municipal António Pereira, deu nota que era presidente da junta de freguesia de Azinhal quando problema surgiu e já nessa altura informou a câmara municipal que aquele era um equipamento com muitas deficiências. -----

Tomou a palavra o membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, elucidou que a moção refere-se ao mau funcionamento da ETAR do Azinhal e para que os residentes solicitem isenção das taxas de saneamento enquanto o problema não for solucionado. Explicou que existe uma entidade reguladora que acompanha o tarifário e verifica as condições do mesmo, seguidamente fez uma explicação sobre o deficiente funcionamento. Na sua opinião esta Moção não tem enquadramento jurídico e não poderá a câmara municipal dar seguimento à mesma. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

Acrescentou que a ETAR foi construída em terreno privado e todas as vicissitudes que têm ocorrido em torno do processo. Deixou um agradecimento aos proprietários por terem chegado a um acordo quanto aos termos de cedência. -----  
Realçou a importância em se reunir esforços para que as Águas do Algarve façam a ETAR nos próximos três anos. -----

A Moção tem duas recomendações, uma com uma dificuldade legal, que é a retirada das taxas de saneamento, contudo só poderá ser retirada esta taxa a quem não tiver serviço nenhum, e outra que se reúna esforços junto das Águas do Algarve para que se construa a ETAR. -----

O sr. presidente da assembleia disse que a explicação do membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, veio ao encontro do que tinha para dizer quanto ao pedido de isenção da taxa, estaríamos perante uma situação de ilegalidade e desigualdade. Assim sendo não estamos perante a exigência de uma votação mas sim uma recomendação para que se diligencie para que as Águas do Algarve executem a obra a ETAR. -----

O sr. deputado municipal António Pereira disse concordar com a decisão e solicitou que fosse informada a assembleia de freguesia do Azinhal sobre a decisão. -----

O sr. deputado municipal Luís Cruz disse estar a bancada do PSD-CDS/PP de acordo com a decisão e partilham, contudo não entende a coerência, porque ambas são moções e a primeira deveria ter seguido os mesmos trâmites da segunda e ser no sentido da recomendação. -----

O sr. presidente da assembleia municipal disse que a segunda Moção teve uma apreciação e opinião unânime e a primeira não. -----

A assembleia municipal deliberou apresentar uma recomendação à câmara municipal. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Tomou a palavra o sr. deputado municipal Luís Cruz para expressar o seu espanto e surpresa face ao período político que se está a viver no concelho, e constata que na ordem de trabalhos nada consta sobre a renúncia do sr. presidente da câmara. Questionou o sr. presidente da assembleia se já informou o sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais sobre a renúncia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

Tomou a palavra a sra. deputada municipal Nélia Mateus, a sua intervenção vai no sentido de congratular-se e regozijar-se em nome da população de Altura e na qualidade de presidente de junta, com as seguintes situações ocorridas na sua freguesia: -----

- Conclusão e entrega da Habitação Social de Altura -----
  - Reparação da Estrada da Arrancada, da Rua António Aleixo, da Casa Alta e Barrocal -----
  - Obra do Mercado Municipal -----
  - Rebaixamento do recolector da Avenida 24 junho -----
  - Obras Lar da Associação Cegonha Branca quase em fase de conclusão -----
  - Apoio aos jovens estudantes com as bolsas de estudo -----
  - Apoio às atividades promovidas pela junta -----
  - Reativação do processo da Verdelago, obra de grande importância para a freguesia -----
  - Passadiço de Altura, obra que permitirá o desenvolvimento da freguesia e do concelho em geral, apesar de na sua opinião dar prioridade a outras obras, tais como requalificação da Rua da Alagoa e envolvente do Centro Escolar -----
- Deixou o seu agradecimento à câmara municipal, ao seu executivo e a todos os que trabalharam para tornarem tudo isto possível. -----

O sr. presidente da assembleia reforçou que todas as obras mencionadas pela sra. deputada municipal Nélia Mateus, só foram possíveis graças a todo o executivo da câmara municipal. Quanto ao assunto mencionado pelo sr. deputado municipal Luís Cruz será abordado no final da sessão. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** - Usaram da palavra: -----

O sr. presidente da assembleia municipal disse que não vai vedar a palavra a ninguém e como tal vai permitir que os membros da comissão administrativa usem da palavra. -----

Usou da palavra o munícipe sr. José Estevens, começou por dizer que o executivo dá tiros nos pés, relativamente ao assunto ETAR do Azinhal e aos terrenos da ETAR, foi uma perda de tempo, pelo facto dos terrenos já serem pertença do Município há bastante tempo, e se era necessário fazer prova dessa propriedade, bastava o município ter feito uma declaração de usucapião. -----  
Esta ETAR também sofreu um conjunto de vicissitudes que teve a ver com empreendimento de Almada Douro, porque estava na esfera desta empresa a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

construção da ETAR e com a passagem deste segmento para as Águas do Algarve foi negociada, mas com os impasses que ocorreram com o projeto de Almada Douro, não fazia sentido realizar um ETAR que teria uma capacidade extraordinária e que não funcionaria com o esgoto que hoje o Azinhal produz, daí o executivo que presidiu ter deixado um projeto que estava a ser negociado com as Águas do Algarve e dar-lhe execução, não entendeu porque não aconteceu. -----

O munícipe quanto às congratulações apresentadas pela sra. deputada municipal Nélia Mateus, questionou relativamente a entrega das habitações sociais em Altura, o motivo pela qual ficaram dois apartamentos por entregar. Das obras enumeradas não vê paternidade do executivo que renunciou agora funções, a não ser o passadizo de Altura, disse concordar com a deputada, apenas quando refere que era prioritária a Requalificação da Rua de Altura. Terminou dizendo que em boa hora o executivo pediu a renúncia. -----

— O sr. presidente da assembleia deu o uso da palavra à sra. deputada municipal Nélia Mateus por ter sido visada na intervenção, que manifestou a sua tristeza em relação aos comentários feitos pelo sr. José Estevens relativamente ao que disse acerca das obras das obras da sua freguesia, mas lembrou que em dezasseis anos que esteve como presidente da câmara, tinha sido tempo suficiente para as ter terminado e ter deixado tudo num “brinco” e não, ficaram estas mesmas obras abandonadas, com a agravante que nessa altura havia dinheiro para as ter executado e concluído. -----

Usou da palavra o membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, dirigiu-se ao munícipe sr. José Estevens, tendo em conta o que terá dito sobre a ETAR do Azinhal, e que este tinha conhecimento que este projeto estava encajado por causa da escritura desses terrenos, e que também poderia ter feito as escrituras do usucapião da parcela de terreno em Altura e não o fez. Explicou ainda as vicissitudes ocorridas na obra de habitação social em Altura e a razão pela qual ficaram por entregar dois apartamentos, assunto que foi aprovado em reunião de câmara, da qual o munícipe faz parte. -----

O membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, manifestou a sua indignação pelo facto do munícipe sr. José Estevens estar no público a nomeá-la sistematicamente de mentirosa relativamente ao que está a explicar na sua intervenção. -----

O sr. presidente da assembleia solicitou ao munícipe sr. José Estevens para não interromper a intervenção do membro da comissão, sra. Filomena Sintra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

O membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, terminou alegando que a paternidade de todas estas obras são os castromarinenses. -----

O sr. presidente da assembleia municipal fez um esclarecimento público, que remonta ao ano de 2016, dia 08 de dezembro através de uma publicação no jornal do Algarve feita pelo sr. presidente de câmara e que apresentou uma queixa crime ao presidente da assembleia Municipal, por este ter feito uma birra e ter prejudicado o município em mais de um milhão de euros. Dias depois alguém se terá queixado a Tribunal Administrativo de Loulé e terá dito que a postura do sr. presidente da assembleia municipal tinha sido ilícita, ilegal e tinha conduzido a atos que deveriam ser revogados/anulados. -----

O sr. presidente da assembleia municipal explicou o teor da acusação, leu a resposta e decisão do Tribunal Administrativo de Loulé, tendo sido determinado o arquivamento do processo. Posteriormente, o sr. presidente da câmara municipal fez queixa crime, junto do Departamento de Investigação Penal do Tribunal da Comarca de Faro, contra o presidente da assembleia municipal, por esse ter provocado ao município uma perda na ordem de um milhão de euros. O processo mereceu arquivamento. Posteriormente o sr. presidente da câmara Dr. Amaral, apresentou um requerimento para reabertura do processo, que foi rejeitado pelo facto do mesmo ser legalmente inadmissível. Deu conhecimento aos presentes do teor do processo de acusação. Terminou dizendo que pondera, junto do seu advogado, apresentar queixa por difamação. -----

Alguns dos presentes, visados neste processo, contestaram e lamentaram este esclarecimento, tais como a sra. presidente de junta de freguesia de Altura, o Dr. Dinis Faísca. -----

O Dr. Dinis Faísca desafiou o sr. presidente da assembleia a trazer a conhecimento da assembleia municipal o resultado de todas as queixas apresentadas pelo presidente da assembleia, para dessa forma se verificar se existe coerência nos atos. -----

O sr. presidente da assembleia disse que, quem se sentir lesado terá que trazer os assuntos à sessão da assembleia, contudo nesta queixa sente-se ofendido uma vez que está em causa a sua honra pessoal e isso não admite. -----

A sra. deputada municipal Élia Horta disse que assuntos pessoais não são debatidos na assembleia mas sim noutra local. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 22/02/2019

ordinária

O sr. presidente da assembleia retorqui-o dizendo que o assunto não é pessoal mas sim do presidente da assembleia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

**Ponto 1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº2 DO ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** – Foi presente à assembleia municipal o processo em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

O sr. presidente da assembleia passou a palavra ao membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, que fez um esclarecimento adicional a esta informação. O sr. presidente da assembleia deu a palavra aos membros do órgão para eventuais questões. -----

Usou da palavra o sr. deputado municipal Amândio Norberto, questionou em que situação se encontrava o lamaçal da envolvente da Casa do Sal. O membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, prestou-lhe os devidos esclarecimentos. -----

**Ponto 2 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S DO ANO 2019 – INCORPORAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR 2018** – Foi presente à assembleia municipal o processo em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

O sr. presidente da assembleia passou a palavra ao membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, que fez uma breve explicação acerca do assunto. -----

A assembleia municipal deliberou, por maioria, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e GOP'S do Ano 2019 – Incorporação do Saldo da Gerência Anterior 2018. Registaram-se nove votos a favor da bancada do PSD-CDS/PP, três votos contra da bancada do CM1 e sete abstenções da bancada do PS. -----

O sr. presidente da assembleia fez um breve esclarecimento acerca da necessidade de aprovar os pontos 3 a 6 da ordem de trabalhos que são relativos à descentralização de competências da administração central para o poder local. Passou a palavra ao membro da comissão para prestar esclarecimentos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

eb

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

Tomou a palavra o membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, fez uma explicação sobre a não aceitação destas transferências de competências, assumiu que neste momento o concelho não tem condições para aceitar estas competências, devendo ser declinadas qualquer uma destas até 2021. Neste momento estão a reestruturar e a internalizar uma série de serviços da Empresa Municipal e antes de aceitar estas competências, há um grande trabalho de planeamento. A câmara municipal decidiu retirar um ponto da proposta e declinar já a assunção destas propostas em 2020, mas, se integrar o novo executivo, vai admitir que não haverá condições e a resposta terá que ser dada até junho deste ano. Haverá uma reestruturação muito grande a fazer nos serviços municipais. -----

Usou da palavra a sra. deputada municipal Nélia Mateus, referiu que esta tomada de decisão merece uma reflexão muito séria, porque de facto não estão capacitados para a aceitação, porque irão ser transferidas responsabilidades, mas os meios financeiros que transferem não permitirão esta aceitação. -----

Não havendo mais intervenientes na matéria o sr. presidente da assembleia colocou os pontos seguintes à votação: -----

**Ponto 3 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO NO DOMÍNIO DA CULTURA** – Foi presente à assembleia municipal o processo em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não Transferência de Competências para o Município no Domínio da Cultura. -----

**Ponto 4 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO NO DOMÍNIO DA PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS** – Foi presente à assembleia municipal o processo em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não Transferência de Competências para o Município no Domínio da Proteção e Saúde Animal e Segurança dos Alimentos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

**Ponto 5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DAS TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO NO DOMÍNIO DA SAÚDE** – Foi presente à assembleia municipal o processo em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não Transferência de Competências para o Município no Domínio da Saúde. -----

**Ponto 6 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO** – Foi presente à assembleia municipal o processo em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não Transferência de Competências para o Município no Domínio da Educação. -----

Relativamente aos pontos 7, 8 e 9, o sr. presidente da assembleia informou que as propostas têm o mesmo objeto para divisões distintas, pelo que sugeriu serem tratadas em conjunto. Passou a palavra ao membro da comissão para explicar o assunto. -----

Tomou a palavra o membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, que prestou algumas explicações para melhor compreensão destes pontos. -----  
Referiu que estas chefias apareceram agora, duas delas são a reconversão das funções que já têm e houve a nomeação de uma nova chefia. A estrutura orgânica da câmara municipal até 2012 teve sete chefias, de nível intermédio, mas com a visita da Troika, foi a câmara obrigada a reduzir e a fundir a estrutura de pessoal e a comprimir todas as unidades, ficando apenas cinco, e uma das unidades orgânicas, a de Urbanismo e Ambiente dividiu-se em duas. Houve um chefe que deixou de o ser e foi designado agora novamente, ao abrigo do regulamento que entretanto entrou em vigor, desde 01 de fevereiro deste ano, e foi nomeado novamente chefe, daí vir esta proposta à assembleia municipal. Há um prazo de 90 dias para abrir concurso para estas chefias, caso contrário irão cair. Foi designada também uma chefia para a área Educação, Ação Social Cultura e Desporto e para a área do Ambiente. Das cinco chefias, foi feita esta proposta para estas três chefias de forma a que se segurassem estas chefias neste período transitório da Comissão Administrativa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

Usou da palavra o segundo secretário, sr. Carlos Dias, disse ter ficado com dúvidas em relação aos esclarecimentos que a Dra. Filomena Sintra tinha feito, sobre a que se referia o regime de substituição, via dificuldades em termos legais, em criar um regime de substituição para uma unidade que não existia. Após alguns esclarecimentos, disse manter as dúvidas. -----

Usou da palavra o membro da comissão administrativa, sra. Filomena Sintra, respondeu que todas as chefias tinham sido nomeadas na câmara, antes da abertura do concurso, por despacho do antigo presidente e os serviços continuaram a fazer da mesma forma com o atual presidente. -----

O sr. presidente da assembleia interrompeu a sessão, porque o membro da comissão administrativa sr. José Estevens, intitulou o membro da comissão administrativa sra. Filomena Sintra, de mentirosa. O membro da comissão administrativa sra. Filomena Sintra, pediu que ficasse em ata, que o membro da comissão administrativa sr. José Estevens, a tinha intitulado pela terceira vez de mentirosa. Quanto ao assunto que está em causa, referiu que os serviços reanalisaram esta proposta e os serviços mantiveram a sua posição, os juristas corroboraram e assim sendo confia na legalidade da proposta. -----

O sr. presidente da assembleia sublinhou que antes de trazer esta votação à assembleia municipal, teve a preocupação de verificar a legalidade dos atos que sujeita a apreciação e votação e dirigiu-se ao Dr. Paulo Simão, Chefe da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira pedindo esclarecimentos sobre estas nomeações, e que após explicação, ficou convencido que tecnicamente está bem e caso não fosse ou seja legal seria possível a todo o tempo considerar-se o ato nulo.

Não havendo mais intervenientes na matéria o sr. presidente da assembleia colocou os pontos à votação: -----

**Ponto 7 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL - PESSOAL DIRIGENTE – DESPESAS REPRESENTAÇÃO (CHEFE DE DIVISÃO) – UOASU** – Foi presente à assembleia municipal o processo em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A assembleia municipal deliberou, por maioria, aprovar as Despesas de Representação do pessoal dirigente (UOASU). Registaram-se dezasseis votos a favor, sete da bancada do PS e nove da bancada do PSD-CDS/PP e três votos contra da bancada do CM1. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

O segundo secretário, sr. Carlos Dias, da bancada do CM1 apresentou a seguinte declaração do sentido de voto da bancada: *“O voto contra não se refere às despesas de representação do pessoal dirigente, mas sim contra o processo de nomeação que não parece legal”*. -----

**Ponto 8 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL - PESSOAL DIRIGENTE – DESPESAS REPRESENTAÇÃO (CHEFE DE DIVISÃO) – UOAU** – Foi presente à assembleia municipal o processo em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A assembleia municipal deliberou, por maioria, aprovar as Despesas de Representação do pessoal dirigente (UOAU). Registaram-se dezasseis votos a favor, sete da bancada do PS e nove da bancada do PSD-CDS/PP e três votos contra da bancada do CM1. -----

O segundo secretário, sr. Carlos Dias, da bancada do CM1 apresentou a seguinte declaração do sentido de voto da bancada: *“O voto contra não se refere às despesas de representação do pessoal dirigente, mas sim contra o processo de nomeação que não parece legal”*. -----

**Ponto 9 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL - PESSOAL DIRIGENTE – DESPESAS REPRESENTAÇÃO (CHEFE DE DIVISÃO) – UOEASCD** – Foi presente à assembleia municipal o processo em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A assembleia municipal deliberou, por maioria, aprovar as Despesas de Representação do pessoal dirigente (UOEASCD). Registaram-se dezasseis votos a favor, sete da bancada do PS e nove da bancada do PSD-CDS/PP e três votos contra da bancada do CM1. -----

O segundo secretário, sr. Carlos Dias, da bancada do CM1 apresentou a seguinte declaração do sentido de voto da bancada: *“O voto contra não se refere às despesas de representação do pessoal dirigente, mas sim contra o processo de nomeação que não parece legal”*. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

**Sessão de 22/02/2019**

**ordinária**

O sr. presidente da assembleia municipal informou que a ordem de trabalhos estava encerrada, mas colocada a questão pelo líder da bancada do PSD-CDS/PP sr. Luís Cruz sobre a renúncia do Dr. Francisco Amaral e de todos os membros que fazem parte da lista da coligação PSD-CDS/PP às eleições Autárquicas de 2017, incluindo os suplentes, passou a explicar porque é que entendeu marcar uma Assembleia Municipal Extraordinária, para o dia 26 de fevereiro, com um ponto único para uma apreciação política sobre esta renúncia, que não será votada mas apreciada, ao que todos concordaram, apesar da bancada do PSD-CDS/PP não achar necessário. Pediu a todas as bancadas que levassem elementos de exposição pública, de análise crítica ou não sobre este novo facto que é inédito no País. Depois de mais alguns esclarecimentos e da leitura da minuta da Ata o sr. presidente da assembleia municipal deu por encerrada a sessão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Às 23h44m foi aprovada e assinada a minuta da Ata e encerrada a sessão, que eu Maria José Pereira Salgueiro do Carmo, Primeira Secretária, subscrevi. -----

O Presidente,

José Luís Afonso Domingos

O Primeiro Secretário,

---

Maria José Pereira Salgueiro do Carmo

O Segundo Secretário,

Carlos Sebastião Afonso Dias